

Chuvas na Zona da Mata mobilizam Comitê de Crise do Banco do Brasil

A grave situação provocada pelas fortes chuvas na Zona da Mata mineira levou o Sindicato dos Bancários de BH e Região a acionar a Superintendência de Minas Gerais do Banco do Brasil (Super-MG) para apurar as providências adotadas pela instituição diante do cenário de calamidade.

Em resposta, o banco informou que o Comitê de Gestão de Crise foi prontamente acionado e que todas as agências da região tiveram suas condições avaliadas ainda nas primeiras horas, com monitoramento permanente das equipes. Segundo a Super-MG, três agências foram fechadas, com evacuação preventiva dos prédios e acionamento de avaliação técnica das instalações. O banco também acompanha a necessidade de adoção de Trabalho Remoto Institucional (TRI) para empregados com deslocamentos prejudicados. Em Juiz de Fora, os empregados foram dispensados assim que as chuvas se intensificaram, priorizando o retorno seguro para casa.

A ativação do comitê tem significado especial por ser resultado de uma reivindicação do movimento sindical após as recentes calamidade registradas no país, como a que assolou Petrópolis em 2022, resultando em 242 mortes e dois desaparecidos e a do Rio Grande do Sul em 2024, com 184 mortes e 25 desaparecidos. Além das vítimas fatais, milhares de pessoas ficaram desabrigadas. A criação de um protocolo específico para situações de desastres naturais passou a integrar a Convenção Coletiva dos Bancários 2024/2026, com o objetivo de agilizar decisões e garantir respostas rápidas em contextos de emergência.

O SindBancários Petrópolis enviou ajuda financeira para os Sindicatos de Bancários de Juiz de Fora e Cataguases.

Contraf-CUT e Fabi Uehara cobram antecipação da PLR

A Contraf-CUT e a representante das empregadas e dos empregados no Conselho de Administração (CA) da Caixa Econômica Federal, Fabiana Uehara, reforçaram junto à direção do banco a cobrança para que a segunda parcela da PLR de 2025 seja paga no mesmo dia da divulgação do balanço do 4º trimestre de 2025. Conforme o calendário de eventos publicado pelo próprio banco, a divulgação está prevista para 4 de março e a videoconferência de explicação dos resultados em 5 de março.

A reivindicação foi formalizada por meio de ofício enviado pela Contraf-CUT à Vice-Presidência de Pessoas da Caixa. No documento, a entidade solicita a antecipação do pagamento da parcela referente ao exercício de 2025, prevista no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

De acordo com o ofício, embora o ACT permita o pagamento até 31 de março de 2026, a antecipação é plenamente viável e necessária para os trabalhadores.